

APROVADO

Votos a favor 08 (oitos)
Votos contra 0 (zero)
Em 02/02/2021
Dibora Bassila
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL

Projeto de Lei nº 1.702/2021

Em 1º de Fevereiro de 2021.

**DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DA COBRANÇA
DE TAXAS E EMOLUMENTOS DOS
MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS -
MEIs.**

Art. 1º Através da presente Lei, ficam isentos os Microempreendedores Individuais – MEIs estabelecidos no Município de Lagoa Bonita do Sul, do pagamento de taxa de fiscalização e vistoria e taxa por ações e serviços de saúde, afastando a incidência das normas a respeito contidas na Lei Municipal nº 038/2001 (Código Tributário Municipal).

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lagoa Bonita do Sul, em 1º de Fevereiro de 2021.


Luiz Francisco Fagundes,
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA: Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei, o qual isenta os Microempreendedores individuais de pagarem as taxas de fiscalização de vistoria e vigilância sanitária.

Os microempreendedores individuais, também conhecidos como MEI ou profissionais autônomos contam com diversos benefícios mediante o pagamento mensal do Simples Nacional, sendo que para este grupo, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, tem o entendimento de que deve ter acesso facilitado ao mercado regular com tratamento diferenciado e favorecido.

Por isso, desde o final de 2018, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o MEI também tem isenção de todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações relativas ao MEI, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e ao licenciamento.

Ocorre que a legislação municipal previa a cobrança de alvará de funcionamento a partir do segundo ano de atividade, em desacordo com a legislação federal.

Por tal razão, justifica-se a necessidade da concessão da presente isenção.

Portanto, nobres Vereadores, ai estão, de modo claro e sucinto, os motivos que impõe o presente Projeto de Lei, ao qual solicitamos aprovação.

Certo de vossa compreensão ao exposto solicito a apreciação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,


Luiz Francisco Fagundes,
Prefeito Municipal